



Nº. 016/2020.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO PARQUE ESTADUAL AGROPECUÁRIO FLORIANO VAREJÃO

DAS PARTES

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR/ES**, sediada na Avenida Doutor Olívio Lyra, nº 353, 9º Andar, Praia da Costa – CEP 29101-950 na cidade de Vila Velha, inscrita no CNPJ. 08.750.791/0001-89, doravante denominada simplesmente **AUTORIZANTE** e/ou **SETUR**, neste ato representado por seu Secretário **DORVAL DE ASSIS ULIANA**.

De outro lado, **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, doravante denominada simplesmente **AUTORIZATÁRIA**, inscrita no CNPJ nº 02.558.157/0001-62, sediada a rua Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Monções, São Paulo/SP, neste ato representada por sua filial do ESPÍRITO SANTO, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.558.157/0003-24, estabelecida na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 275 - Parte A, Praia de Santa Helena, Vitória – ES; neste ato representada na forma de seu Estatuto Social.

Resolve as Partes, de comum acordo, celebrar o presente Instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Presente Termo tem por objeto autorizar o uso das áreas e equipamentos do **PARQUE ESTADUAL AGROPECUÁRIO FLORIANO VAREJÃO** localizado na Rodovia do Contorno, S/N, Km 01. Jardim Carapina – Serra/ES, CEP 29.161-064, para a instalação de equipamentos necessários à prestação de serviços de telecomunicações.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se o presente instrumento na Portaria nº. 014-R, de 04 de dezembro de 2018, que estabelece normas para utilização do Parque Estadual Agropecuário Floriano Varejão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DO VALOR

O valor e prazo da autorização de uso seguirão a tabela de preços definidos pela Portaria nº. 014-R, conforme abaixo.

PERÍODO:

Início: 01/08/2019; Término: 31/12/2022. Número de Diárias: 1248

ESPAÇOS PARA LOCAÇÕES:

ESPAÇO	Nº. DE DIÁRIAS	VALOR DE DIÁRIA (R\$)	TOTAL (R\$)
Área Gramada Anexa ao Pavilhão 1 (10 m²)	1248	100,00	124.800,00

VALOR BASE DO CONTRATO:

R\$ 124.800,00

Avenida Dr. Olívio Lyra, nº 353, 9º andar, Centro Empresarial Praia da Costa, Torre Leste,
Praia da Costa, Vila Velha - ES, CEP 29101-950 | Tel.: (27) 3636-8001 | gabinete@turismo.es.gov.br





CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

I - Pelo uso das dependências, objeto do presente Termo, deverá a AUTORIZATÁRIA efetuar o pagamento do valor de R\$ 124.800,00 referente ao valor total do presente Termo, nas seguintes condições:

PARCELAS	VENCIMENTO	VALOR (R\$)
Taxa de oficialização (20%)	15 dias úteis após a assinatura do contrato	24.960,00
Parcelas mensais Primeira parcela: abril/2020 Última parcela: dezembro/2022	Mensal (vencimento no 5º dia do mês corrente)	3.025,46

II – A utilização do espaço público locado fica sujeita à confirmação do pagamento de todas as parcelas.

III – O Pagamento das parcelas do presente Termo deverá ser efetuado através de DUA – Documento Único de Arrecadação, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado à Gerência Operacional do Parque Estadual Agropecuário Floriano Varejão.

IV – O valor do pagamento acima especificado inclui todas as despesas da autorização de uso ora acordada.

V – Havendo necessidade da autorização de área e/ou serviços complementares, os mesmos deverão ser solicitados a AUTORIZANTE, que providenciará a formalização.

VI – Em caso de alteração da tabela referencial de preços para locação de espaços do Parque Estadual Agropecuário Floriano Varejão, serão mantidos os preços inicialmente acordados neste Termo de Autorização de Uso.

VII – O valor R\$ 24.960,00 é referente ao pagamento de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo de Autorização de Uso a título de custos administrativos referentes ao procedimento de reserva, não gerando crédito de qualquer natureza e não sendo restituída sob qualquer hipótese.

VIII – No ato da assinatura do Termo de Autorização de Uso deverá ser apresentada, na forma de caução, seguro-garantia ou fiança, em favor da SETUR, no valor referente a 20% (vinte por cento) do total do preço público, que compreenderá o Valor Base deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZANTE

A AUTORIZANTE entregará à AUTORIZATÁRIA as áreas e equipamentos objetos do Termo, devidamente desocupadas, limpas e em condições de uso, de acordo com o especificado no item acima, mediante o necessário aceite no Termo de Vistoria Inicial da Área, firmado pelas partes ou seus representantes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZATÁRIA

I – A AUTORIZATÁRIA se obriga a ocupar a área nas datas e prazos previstos neste Termo.

II – A AUTORIZATÁRIA se obriga a consultar e cumprir integralmente as normas técnicas e procedimentais constantes na PORTARIA Nº. 014-R, de 04 de dezembro de 2018. As mencionadas normas são necessárias para a correta utilização das instalações pela AUTORIZATÁRIA, sendo que a AUTORIZANTE não arcará com quaisquer responsabilidades por danos causados por omissão, culpa ou dolo da AUTORIZATÁRIA na aplicação delas ao presente Termo.





III - A AUTORIZATÁRIA obriga-se a manter, em permanente funcionamento, os serviços de manutenção, conservação e limpeza das áreas cedidas, utilizando-se de profissionais, portadores de respectiva identificação, compreendendo o período de locação.

IV – Fica responsável por quaisquer ônus ou obrigações, inclusive pagamentos devidos, concernentes à legislação fiscal, tributária, trabalhista, previdenciária, securitária, civil ou comercial, decorrentes da execução do presente Termo, no âmbito municipal, estadual e federal, quem a lei determine, em especial taxa de fiscalização e serviços diversos.

V – A AUTORIZATÁRIA obriga-se cumprir e fazer com que todos seus empregados ou subcontratados observem os regulamentos disciplinares, de segurança, existente no local de trabalho, com a obrigatoriedade de observar as exigências emanadas pelos órgãos competentes, pela fiscalização e, principalmente, as contidas na legislação em vigor.

VI – Findo o prazo do Termo de Uso, a AUTORIZATÁRIA procederá à devolução das referidas áreas, completamente livres, desembaraçadas e desimpedidas, devidamente limpas, em idênticas condições em que foram por ela recebidas, em todas as suas instalações, do que se lavrar, na oportunidade, “Termo de Vistoria Final e Recebimento”, firmado pelas partes ou seus representantes.

VII – Caso as áreas contratadas sejam feitas de depósitos, a AUTORIZANTE solicitará que seja retirado todo o material que esteja entulhado dentro do **PARQUE ESTADUAL AGROPECUÁRIO FLORIANO VAREJÃO**, com o intuito que seja zelado as áreas de uso comum ou área usada.

VIII – A AUTORIZANTE poderá embargar ou interditar o uso que não atenda rigorosamente às exigências dos órgãos públicos competentes.

IX – A AUTORIZATÁRIA se compromete a reparar todo e qualquer dano na estrutura das áreas do **PARQUE ESTADUAL AGROPECUÁRIO FLORIANO VAREJÃO**, a fim de entregá-las nas mesmas condições em que lhe foram apresentadas.

X – Na hipótese de a AUTORIZANTE arcar com os danos na estrutura, o valor gasto será cobrado integralmente da AUTORIZATÁRIA, que se compromete a efetuar o pagamento.

XI – Após o término do contrato, caso não haja prorrogação, a AUTORIZATÁRIA terá o prazo de 15 (quinze) dias para desativação de suas instalações e retirada de seus equipamentos.

XII – Fica obrigado a manter a documentação relativa ao uso do espaço regularizada junto aos órgãos de controle e fiscalização da atividade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

I – Fica entendido e claro, desde já, que sobre toda e qualquer importância devida e não paga, às datas aprezadas, poderá ocasionar a rescisão automática e unilateral do presente contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, além de eventual cobrança de indenização suplementar por perdas e danos (danos emergentes e lucros cessantes) pela AUTORIZANTE.

II – Por se tratar de cessão com a finalidade específica de permanência temporária da AUTORIZATÁRIA pelo período previsto neste Termo, fica estipulada a penalidade de 10% (dez por cento) do valor da diária, conforme preço referencial, por hora excedida, até o limite de 12 (doze) horas, que será aplicada a AUTORIZATÁRIA no caso de não desocupação das áreas na data avençada, sem prejuízo do ajuizamento da ação de reintegração de posse, com pedido de liminar, independentemente de qualquer aviso ou notificação, **além do pagamento proporcional pelo período**, conforme ART. 22 da Portaria nº 014-R/2018.

III – Caso o AUTORIZANTE necessite das áreas dadas em cessão e não desocupadas na data aprezada, poderá, às suas expensas, proceder à desocupação, impondo a AUTORIZATÁRIA a ressarcimento de todas as despesas que para esse fim se fizerem necessárias, sem prejuízo da aplicação da multa estipulada no presente instrumento e da eventual cobrança de indenização por perdas e danos.





IV – Caso a AUTORIZANTE apure prejuízo superior ao valor da garantia referente ao inciso VIII da cláusula quarta deste termo, poderá exigir indenização suplementar, devidamente justificada.

CLÁUSULA OITAVA – CUMPRIMENTO DAS LEIS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

I - A AUTORIZANTE se compromete, reconhece e garante que:

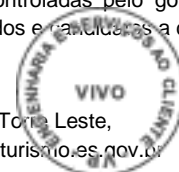
- a) Tanto a AUTORIZANTE, como qualquer de seus empregados e agentes relacionados de alguma maneira com o Compromisso Relevante¹, se aplicável, cumprirão a todo momento durante o Compromisso Relevante (incluindo, se for o caso, a aquisição dos produtos e/ou conteúdo que estiverem relacionados com o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços objeto deste contrato) com todas as leis, estatutos, regulamentos e códigos aplicáveis em matéria de combate à corrupção, incluindo, em qualquer caso e sem limitação, a Lei de Combate à Corrupção no Exterior, dos Estados Unidos (coletivamente, “Normativa de Combate à Corrupção”);
- b) Em relação ao Compromisso Relevante, a AUTORIZANTE, seus empregados e agentes, se aplicável, não oferecerão, prometerão ou entregarão, ou, antes da assinatura deste contrato, já ofereceram, prometeram ou entregaram, direta ou indiretamente, dinheiro ou objetos de valor a (i) “Funcionário Público”² a fim de influenciar em ações da autoridade ou órgão público ou, de alguma forma, para obter uma vantagem indevida; (ii) qualquer outra pessoa, que tenha conhecimento que todo ou parte do dinheiro ou do objeto de valor será oferecido ou entregue a Funcionário Público a fim de influenciar em ações da autoridade ou órgão público ou, de alguma forma, para obter uma vantagem indevida; ou (iii) qualquer outra pessoa a fim de induzi-la a agir de maneira desleal ou, de alguma forma, inapropriada;
- c) A AUTORIZANTE conservará e manterá livros e registros financeiros precisos e razoavelmente detalhados com relação a este contrato e ao Compromisso Relevante;
- d) A AUTORIZANTE disporá ou, se for o caso, aplicará os procedimentos adequados para garantir o cumprimento da Normativa de Combate à Corrupção e para garantir de forma razoável que violações de tal Normativa de Combate à Corrupção sejam prevenidas, detectadas e dissuadidas;
- e) A AUTORIZANTE comunicará de imediato à AUTORIZATÁRIA eventual violação de qualquer das obrigações descritas nas letras (a), (b) e (c) desta Cláusula. Caso ocorra tal descumprimento, a AUTORIZATÁRIA se reserva o direito de exigir da AUTORIZANTE a adoção imediata de medidas corretivas apropriadas;
- f) As manifestações, garantias e compromissos da AUTORIZANTE constantes nesta Cláusula serão aplicáveis na sua totalidade a qualquer terceiro sujeito ao controle e influência da AUTORIZANTE, ou que atue em seu nome, com relação ao Compromisso Relevante; de forma que a AUTORIZANTE manifesta que adotou todas as medidas razoáveis para assegurar o cumprimento das obrigações, garantias e compromissos por parte desses terceiros. Além disso, nenhum direito ou obrigação, assim como nenhum serviço a ser prestado pela AUTORIZANTE com relação ao Compromisso Relevante, será cedido, transferido ou subcontratado a qualquer terceiro sem o prévio consentimento por escrito da AUTORIZATÁRIA;
- g) A AUTORIZANTE certificará periodicamente que cumpre com esta Cláusula sempre que solicitado pela AUTORIZATÁRIA.

II - Descumprimento.

- a) O descumprimento desta Cláusula de “Cumprimento das Leis de Combate à Corrupção” será considerado um descumprimento contratual grave. Na hipótese de ocorrer tal descumprimento, exceto se o mesmo for corrigido conforme disposto na letra (e) desta Cláusula, este contrato poderá ser imediatamente suspenso ou rescindido pela AUTORIZATÁRIA, e a AUTORIZATÁRIA não será obrigada a pagar qualquer valor devido à AUTORIZANTE.
- b) Na medida do permitido pela legislação aplicável, a AUTORIZANTE indenizará e isentará a AUTORIZATÁRIA de toda e qualquer reivindicação, danos, perdas, prejuízos, penalizações e custos (incluindo, mas não se limitando, honorários advocatícios) e de qualquer despesa decorrente ou relacionado ao descumprimento por parte da AUTORIZANTE de suas obrigações contidas nesta Cláusula de “Cumprimento das Leis de Combate à Corrupção”.

1 “Compromisso Relevante”: é o objeto deste contrato.

2 “Funcionário Público”: inclui qualquer pessoa que trabalhe para ou em nome de um órgão do governo federal, estadual, municipal ou distrital, repartições, agências, da administração direta ou indireta (incluindo empresas de propriedade ou controladas pelo governo) ou qualquer organização pública internacional. Esta expressão inclui também partidos políticos, empregados de partidos e candidatos a cargos |





III - A AUTORIZATÁRIA terá o direito de auditar o cumprimento por parte da AUTORIZANTE de suas obrigações e manifestações constantes na presente Cláusula de "Cumprimento das Leis de Combate à Corrupção". A AUTORIZANTE deve cooperar totalmente com qualquer auditoria, revisão ou investigação realizada pela AUTORIZATÁRIA ou em nome desta.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

I – A AUTORIZATÁRIA somente poderá fazer uso das áreas na forma e condições estabelecidas no presente instrumento, cujos limites obriga-se a fielmente respeitar.

II – A AUTORIZATÁRIA está ciente de que outras áreas do **Parque Estadual Agropecuário Floriano Varejão** poderão ser concomitantemente exploradas pela AUTORIZANTE ou cedidas a terceiros para a promoção de outros eventos.

III – A AUTORIZATÁRIA poderá solicitar alterações nos espaços objeto deste Termo, podendo alterar as datas pactuadas, desde que seja feita com até 30 (trinta) dias de antecedência.

IV – A AUTORIZATÁRIA deverá desocupar os espaços objetos deste Termo na data e horário determinado neste documento, sendo que, na hipótese do não cumprimento desta disposição, a AUTORIZATÁRIA deverá pagar o número de diárias correspondente ao atraso, adicionalmente a multa correspondente conforme inciso II, da cláusula sétima.

V – O presente Termo não estabelece entre a AUTORIZATÁRIA e o AUTORIZANTE nenhuma forma de sociedade, associação, relação de emprego ou responsabilidade solidária ou conjunta, correndo por conta exclusiva de cada parte, todos os encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou tributária em geral, obrigando-se as partes ao cumprimento das disposições legais, sendo certo que, cada parte responde civil e criminalmente por seus atos isoladamente.

VI – O presente Instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e a seus sucessores a qualquer título.

VII – As partes elegem o foro da Comarca de Vila Velha – ES para solução de quaisquer demandas porventura advindas do presente Termo de Autorização de Uso, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim em consenso, assinam as partes este instrumento particular em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo o mesmo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, para que produzam seus efeitos legais.

Vila Velha – ES, 17 de março de 2020.

Telefônica Brasil S/A
AUTORIZATÁRIO

DORVAL DE ASSIS
ULIANA:74288130
778
Assinado de forma digital
por DORVAL DE ASSIS
ULIANA:74288130778
Dados: 2020.06.15
10:50:40 -03'00'

Dorval de Assis Uliana
Secretário de Estado de Turismo
AUTORIZANTE

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Nome:

Nome:

RG:

RG:



LUCIANA APARECIDA DE FARIAS:10827517823

2020.05.31 03:08:45

Signer:

CN=LUCIANA APARECIDA DE FARIAS:10827517823

C=BR

O=ICP-Brasil

2.5.4.11=000001009370695

Public key:

RSA/2048 bits



MAURO MOIA PEDROSA FILHO:29500623854

2020.06.05 21:59:23

Signer:

CN=MAURO MOIA PEDROSA FILHO:29500623854

C=BR

O=ICP-Brasil

2.5.4.11=000001009156243

Public key:

RSA/2048 bits





INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 12/07/2021 16:20:20 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por THAINA VENANCIO PEREIRA (ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL - SETUR - GENTUR)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-75HF5R>